



Boletim do

# Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação trimestral do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - R\$ 2,00

## Reconstruir a IV Internacional

A tarefa central da situação é a de trabalhar pela reconstrução da IV Internacional. Ou seja, superar a crise de direção do proletariado frente ao capitalismo que se decompõe e arrasta as massas trabalhadoras para a barbárie. Esse objetivo histórico exige o fortalecimento da construção do POR na Argentina e Brasil. Em particular, o fortalecimento do POR boliviano, que por seu desenvolvimento programático e por suas raízes profundamente arraigadas na história da luta de classe na Bolívia, constitui-se na possibilidade da revolução proletária. Sob a direção de Guillermo Lora, o POR boliviano conservou os fundamentos da IV Internacional, edificou posições sobre a base do Programa de Transição, forjou-se na luta dos operários mineiros, combateu sem trégua o nacionalismo burguês, enfrentou a brutalidade da direita fascista e resistiu ao isolamento internacional imposto pelas esquerdas, especialmente pelos revisionistas do trotskismo.

Uma das condições para a revolução é a derrota ideológica da burguesia, que somente o partido marxista pode impor. Esse caminho foi percorrido na Bolívia, embora para ser concluído seja necessária a derrota final da classe capitalista, que vem com a tomada do poder pelo proletariado e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

As mais duras provas da luta de classe o POR boliviano passou em décadas de existência, atuando em situações revolucionárias e contra-revolucionárias, empunhando o programa da revolução e agindo de acordo com os métodos correspondentes sob governos constitucionais e ditaduras sanguinárias. Confrontou-se com poderosas pressões da esquerda e da burocracia sindical da COB voltadas à conciliação de classe e à sustentação de governos nacionalistas.

Eis em síntese por que o POR boliviano constitui-se no pilar de reconstrução da IV Internacional.

No Brasil, o partido vem se consolidando na luta por formar-se sobre a base do Programa de Transição e no seio do proletariado,

mas não superou seu caráter embrionário. Destaca-se entre as esquerdas pelo esforço de construir o programa, organizar quadros de militantes profissionais no sentido leninista e armar-se da teoria marxista. Na Argentina, o partido deu um passo significativo nos seus dois últimos Congressos, revendo crítica e autocriticamente posições antimarxistas que levaram à cisão do POR, ou seja, posições que se distanciaram dos fundamentos do Programa de Transição. Estabeleceu-se um novo marco de elaboração do programa e de formação do partido de quadros leninistas.

Evidenciam-se, assim, a fortaleza e a fraqueza do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Acentuamos, no entanto, a fortaleza que se manifesta na extraordinária experiência e tradição marxista-leninista-trotskista do POR boliviano. Tanto o POR no Brasil quanto na Argentina têm a vantagem de poder assimilar criticamente as experiências da revolução boliviana e se valer das conquistas teóricas.

Guillermo Lora deixou ao proletariado mundial uma obra marxista constituída na contracorrente dos acontecimentos, marcados pela vitória da fração de Stálin contra a Oposição de Esquerda, encarnada por Trotsky, a ação no pós-guerra dos partidos comunistas estalinizados, a dissolução da IV Internacional pela revisão pablista pró-estalinista, a incapacidade das correntes opositoras ao pablismo de sustentar o internacionalismo, a recuperação do capitalismo com a reconstrução do pós-guerra, a influência do castro-guevarismo na década de 60 e 70 na América Latina e o avanço da restauração capitalista na ex-União Soviética, Leste Europeu e China.

O marxismo-leninismo-trotskismo comparecerá como força histórica com o POR boliviano, que logrou penetrar no proletariado mineiro, deu-lhe expressão política com as Teses de Pulacayo, interveio na revolução de 1952, alicerçado na teoria da revolução permanente, organizou a Assembléia Popular de 1971, conspirou contra os governos golpistas, demonstrou a inviabilidade da democracia burguesa em

um país tão atrasado, formado de uma massa de miseráveis e, nesse momento, combate sem trégua o MAS de Evo Morales, responsável por desviar o curso revolucionário das massas para um governo de sustentação da propriedade privada dos meios de produção e conservação dos interesses do imperialismo.

Essa gigantesca experiência se encontra reunida nos escritos de Guillermo Lora, publicada nas "Obras Completas".

A dispersão da IV Internacional após a crise provocada por Michel Pablo nos anos 50 não só prejudicou a evolução internacional do POR boliviano como lhe impôs uma oposição sem princípios, com as acusações mais absurdas de "nacionalista", que passou a ser repetida pelas inúmeras variantes revisionistas da IV Internacional. Na Bolívia, tal acusação soa ridículo. No Brasil e Argentina, serve para incentivar a ignorância de parte da militância que não se forma no terreno do socialismo científico. Não por acaso, os mais importantes desses acusadores apoiaram o caudilho Evo Morales.

Essas referências nos interessam porque, enquanto na Bolívia não há lugar para os revisionistas (pablo-mandelista, morenista etc), no Brasil e Argentina, constituem organizações centristas ou seitas. São correntes que se distanciaram do Programa de Transição, procuram se construir na burocracia sindical e na órbita da democracia burguesa. A tendência é de abandonarem definitivamente o marxismo, que lhe serve de pano de rosto para acobertar o democratismo pequeno-burguês e o reformismo de esquerda. São, no entanto, obstáculo ao desenvolvimento do partido proletário e à tarefa de reconstruir a IV Internacional, uma vez que desviam a vanguarda do marxismo e a confundem com o centrismo.

Uma das tarefas necessárias do Comitê de Enlace é ajudar as seções brasileiras e argentinas a aproveitarem as conquistas do POR boliviano, que devem ser criticamente assimiladas. O Boletim Internacional do Comitê de Enlace é um instrumento de coesão das organizações marxistas-leninistas-trotskistas na luta de classe mundial.

# **Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional Enfrentar a crise mundial com o Programa de Transição**

*Aos Operários, camponeses e juventude oprimida*

A derrocada econômico-financeira que eclodiu em setembro de 2008 abre uma nova etapa de desintegração do capitalismo. A euforia da última década com o crescimento mundial, com a jogatina no mercado de capitais e com os planos de reduzir a miséria das massas, distribuindo-lhes migalhas, foi ladeira abaixo. Evidenciou-se que as várias crises ocorridas desde os anos 70 foram provisoriamente debeladas. Foram recolhidas à custa de intervenções das potências, por meio de seus Estados, em socorro ao grande capital, de ataques as antigas conquistas trabalhistas da classe operária e de imposições de reformas neoliberais aos países semicoloniais.

Muito mais ainda: a crise capitalista arrastou as economias de transição socialista acelerando o processo de restauração pré-existente. A maior queda foi a desintegração da União Soviética em fins nos anos 90. De conjunto, União Soviética, Polônia, Checoslováquia, Iugoslávia, Hungria e outros desabaram como castelo de cartas. A China iniciou um processo de restauração planejado e que vem sendo executado pela burocracia do Partido Comunista. Fenômeno histórico que expôs o quanto as conquistas socialistas de transformação da propriedade privada dos meios de produção e de constituição dos Estados Operários estavam carcomidas pelo processo de restauração capitalista alojado em suas entranhas. Mas a ofensiva neoliberal do imperialismo - com as reformas de proteção ao grande capital, com maior domínio das semicolônias, com avanço da penetração das multinacionais em todo o globo, com a expansão tecnológica e com a incorporação definitiva das economias "socialistas" ao capitalismo - não fez senão potencializar as contradições que deram lugar à atual crise mundial.

Durante um período, pôde-se criar uma imagem de um capitalismo transformado, que havia deixado para trás as velhas fronteiras nacionais e que constituiu um mercado inesgotável, bastando apenas que as reformas ditadas por Washington fossem aplicadas. Sobretudo criou-se a imagem de um capitalismo que triunfou sobre as experiências comunistas e que estava pronto para incorporar amplas camadas de pobres e miseráveis na civilização superior que estava em marcha acelerada. Não demorou que a real situação da economia mundial se manifestasse. O amplo movimento de capitais desencadeado depois da devastadora 2ª Guerra Mundial vinha se esgotando, dando lugar a inúmeras crises regionalizadas e finalmente a mais ampla crise mundial depois da de 1929/1933.

É sintomático o fato de que o Leste Europeu e a ex-União Soviética tenham sofrido profunda regressão econômica e social - Polônia, República Checa etc. são países quebrados; a Rússia regrediu à condição de sócio menor das potências, servindo-lhes de fornecedora de matérias primas. A China populosa se destacou, tornando-se uma plataforma de exportação, graças à brutal exploração do trabalho de milhões que se assemelha à aurora do capitalismo. O seu prodigioso crescimento econômico se depara com os limites do capitalismo internacional em desmoronamento. Terá de entregar ao imperialismo parte do que acumulou e acelerar a conversão da propriedade estatal em privada.

A crise expôs a rota de colisão dos Estados Unidos e seus aliados imperialistas com a China. A rota do Pacífico comparecia até pouco tempo como de duas mãos e complementar. O entendimento já não é o mesmo. A China vem sendo acusada de subsidiar as exportações, usar largamente dos baixos salários, das longas jornadas de trabalho e de manter sua moeda excessivamente desvalorizada. A China denuncia a instabilidade do dólar, que ameaça suas reservas cambiais. Ao mesmo tempo, ao lado

da Índia, Brasil e alguns outros denominados de "emergentes", a China comparece como salvadora do capitalismo.

Os mercados internos das potências estão saturados. A derrocada do capital financeiro e da economia em geral nos Estados Unidos revelou o quanto o Estado interveio para manter artificialmente o consumo e aquisições de bens, endividando a população e comprometendo o Tesouro Nacional. Em setembro de 2008, o edifício veio abaixo. E com ele a economia mundial. O Japão está estagnado e em retrocesso há anos. A Europa que se pretendeu unificada para atuar como potência pôs a descoberto seus pés de barro. A falência de países inteiros, com dívidas públicas monumentais e déficits fiscais duas, três vezes acima da média permitida pela unificação sob o Euro, mostra uma Europa alquebrada e obrigada a discutir se se deve ou não recorrer aos recursos do FMI.

No final de 2009, houve um pequeno respiro na severa recessão que tomou conta dos Estados Unidos. A China confirmou o crescimento, ainda que rebaixado perante sua marca histórica recente. O mesmo se passou com a Índia. O Brasil evitou crescimento negativo. Parecia que a crise havia cedido depois de um ano. Trilhões de dólares haviam-se dilapidados. E trilhões haviam-se destinados pelos governos a salvar bancos, financeiras, seguradoras e multinacionais. As potências evitaram que a crise ganhasse poderosa força e ritmo avassalador de destruição de riquezas. Mas apenas retardaram sua marcha. Depois de um ano administrando-a por meio de medidas particulares e gerais, orientadas pelo G-20, a burguesia expõe seus Estados endividados, países literalmente quebrados e o desemprego em alta.

Nem bem a derrocada do capital financeiro foi contida, banqueiros, financistas, fundos etc. voltaram à especulação frenética. Por cima da indústria e do comércio, paira uma gigantesca massa de capital financeiro que não tem aplicabilidade na produção e que necessita de se valorizar com especulação nas Bolsas, títulos de dívidas públicas e negociatas. Não há, portanto, medida de regulação do capital financeiro que possa ser tomada em detrimento do parasitismo e da jogatina, como se propagandeia nas reuniões internacionais, e especialmente advogam cinicamente os governos das potências.

A saída capitalista da crise depende da destruição maciça de riquezas acumuladas e de forças produtivas que excederam a capacidade do mercado mundial. Tudo indica que a destruição de postos de trabalho - somente nos Estados Unidos, 7 milhões, a Espanha conta com 18% da força de trabalho desempregada - e de riqueza inaplicável está longe de ser concluída.

As duas grandes guerras imperialistas tornaram-se inevitáveis à medida que os métodos econômicos de destruir forças produtivas e de aliviar o choque entre as fronteiras nacionais e o mercado mundial já não produziam efeito. O esgotamento do mercado e as travas impostas às forças produtivas pela propriedade monopolista exigiram uma nova divisão do mundo entre as potências. O que somente poderia ser alcançada pela guerra imperialista.

O século XX foi marcado pela 1ª e 2ª Guerras, pelas Revoluções Proletárias e finalmente pelo processo de restauração capitalista. Depois da hecatombe de 1945, prometeu-se "paz mundial", que nunca pôde ser cumprida. As tendências bélicas do capitalismo da fase última imperialista em pouco tempo se manifestaram - os Estados Unidos estenderam suas forças militares até o último rincão e o intervencionismo sobre os países semicoloniais ganhou novas proporções. O século XXI se iniciou

com a recomposição da ordem econômica mundial de Potsdam esgotada e com o avanço do militarismo. O orçamento militar dos Estados Unidos é um dos maiores de todos os tempos.

As guerras de ocupação do Iraque e Afeganistão expressam as tendências bélicas da crise capitalista. A possibilidade de estendê-las para o Irã faz parte da necessidade do capitalismo destruir forças produtivas e impor pelas armas as condições de existência do imperialismo. Os conflitos dos Estados Unidos com a Rússia e com a China em torno da sua ofensiva militar são também indicadores do recrudescimento dos antagonismos que se manifestam em decorrência do declínio econômico da potência norte-americana e da crise geral.

O epicentro da crise teve lugar no país que concentra cerca de 30% da economia mundial e que chegou a mais de 50% logo após a 2ª Guerra. Os Estados Unidos, certamente, ocupam na crise atual o papel imperialista que ocupou a Alemanha do início a meados do século XX, guardadas as diferenças e proporções. A particularidade está em que estendeu seu poder por todos os continentes e teve de ceder espaço econômico nas últimas décadas para as demais potências. Os limites para o recuo são assinalados pela necessidade de uma política militar expansionista. É própria das crises de grandes proporções colocarem uma nação contra outras.

As catastróficas experiências do passado muito ensinaram à burguesia internacional. Entre as lições, a que as guerras expõem o impasse histórico do capitalismo perante as massas e abrem caminho para o proletariado protagonizar movimentos revolucionários. Mas na atual situação da crise estrutural tem a seu favor o desmantelamento das conquistas da classe operária, cujo ponto mais alto foi a Revolução Russa. As massas estão em meio a uma nova etapa de desmoronamento do capitalismo sem contar com uma direção marxista.

O partido bolchevique logrou fundir o programa socialista com o combate do proletariado, aliado aos camponeses pobres. Sob a direção de Lênin e Trotsky, a revolução vitoriosa permitiu a organização mundial do proletariado e abriu caminho para a revolução internacional. Sob a direção de Stálin e a derrota de Trotsky, com a desintegração da Oposição de Esquerda, bloqueou-se o desenvolvimento das forças revolucionárias internas e externas e aplainou-se o caminho para o processo de restauração capitalista.

O estalinismo liquidou a III Internacional e levou os partidos comunistas a submeterem-se às frações burguesas. Inviabilizou enfrentar a guerra imperialista com os métodos e o programa proletários. Alimentou a ilusão, por todo um período, de que o comunismo triunfou na guerra, expandindo-se para o Leste Europeu e Berlin Oriental. As conquistas anticapitalistas, no entanto, se deram sob o domínio da burocracia. A reconstrução do capitalismo na Europa e Japão, sob a direção dos Estados Unidos, se encarregou de sufocar as economias socialistas, isoladas e atrasadas. Não foi preciso invasão militar, como justificava Stálin para defender o “socialismo em um só país”, para que a restauração se tornasse força dominante. A capitulação do estalinismo na guerra perante o imperialismo, considerado “democrático”, fortaleceu as pressões internas e externas contrárias à propriedade coletiva dos meios de produção.

Stálin para impor sua política de aliança com frações do imperialismo e justificar a substituição do programa internacionalista pelo programa do socialismo em um só país teve de se confrontar com a resistência interna. E de se apoiar nas camadas sociais pequeno-burguesas e usar a força da burocracia estatal para derrotar a Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky. A deformação e destruição das bases internacionalistas do bolchevismo pelo estalinismo se deu sob intenso combate interno ao partido e ao Estado soviético, que levou a burocracia a liquidar fisicamente os opositores, inclusive Trotsky. A reação estalinista chegou a esse ponto para evitar uma reviravolta no partido comunista russo. A vitória sangrenta de Stálin resultou em uma grande derrota para o proletariado

mundial.

A Oposição de Esquerda Internacional refletiu a derrota da Oposição de Esquerda Russa. Não teve como se implantar no proletariado nas condições de surgimento do nazifascismo e de aproximação da guerra. A partir de 1933, tornou-se definitivo o papel contra-revolucionário dos partidos comunistas e da III Internacional modificada em seu programa. Quanto mais o nazifascismo se fortalecia e mais próxima a guerra, mais se constatava que as massas mundiais já não tinham uma direção revolucionária. Toda confiança depositada nos partidos estalinizados se traduzia em desesperança.

A luta de Trotsky e de seus camaradas se concentrou na tarefa de superar a crise de direção. Os documentos e manifestos da Oposição trotskista deram continuidade programática ao bolchevismo. A fundação da IV Internacional em 1940 permitiu constituir o Programa de Transição. Mas não teve como servir de instrumento do proletariado, uma vez que não foi possível pôr em pé novos partidos. Os agrupamentos que compuseram a IV Internacional não estavam à altura de compreender a transcendência histórica do estalinismo revisionista e pacientemente trabalhar pela constituição do Partido Mundial da Revolução Socialista. A dispersão não tardou, após a morte de Trotsky, e a crise de direção se agravou.

A burguesia internacional que vinha perdendo terreno desde a Revolução Russa utilizou a guerra e a vitória dos aliados contra o “eixo” não só para desafogar o capitalismo de sua crise estrutural como também para preparar a derrocada das economias do “socialismo em um só país”. A política de “coexistência da burocracia estalinista” se encarregou de favorecer as manobras da experiente burguesia imperialista.

A crise que se abate sobre o capitalismo mundial golpeia as massas desorganizadas, controladas pelas burocracias sindicais e influenciadas pelas disputas interburguesas. Tem havido resistências pontualizadas, que indicam tendências mais profundas de combate dos explorados. O avanço do militarismo imperialista, por sua vez, não encontra o caminho livre. Os povos oprimidos do Oriente Médio e da Ásia se lançam ao combate, usando de todos os meios ao seu alcance. Está em andamento a revolta dos povos oprimidos contra a opressão imperialista. Na América Latina, governos de tinturas nacionalistas e reformistas desviam a revolta das massas para a democracia burguesa ou caricatura democrática. O imperialismo os atura por contingência conjuntural e trabalha para que fracassem em nome de um socialismo que não existe, do indigenismo reformista ou de um nacionalismo raquítico.

A tarefa de construir os partidos revolucionários, marxista-leninista-trotskistas, torna-se premente. A putrefação do capitalismo, o ataque sistemático à vida dos explorados e a impossibilidade de reformas progressivas favorecem a organização do partido. A regressão das conquistas programáticas e materiais imposta pelo estalinismo são os grandes obstáculos. As traições do estalinismo e o portentoso trabalho diário da burguesia de falsificação ideológica para arrancar do seio da classe operária o marxismo têm de ser enfrentados pelos destacamentos mais avançados da classe operária com o Programa de Transição da IV Internacional.

Há que aplicá-lo como método de mobilização sistemática dos explorados por suas reivindicações para conduzi-los à tomada do poder e à transformação da grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. As reivindicações transitórias contra o desemprego e a miséria são sintetizadas pela escala móvel das horas de trabalho, escala móvel de reajuste e salário mínimo vital. Nenhuma outra poderá substituí-las na tarefa de defender integralmente e de conjunto as condições de existência da classe operária e levá-la a se chocar contra os pilares do capitalismo. A reconstrução da IV Internacional ocorrerá com a construção dos partidos-programas, cuja estratégia é a ditadura do proletariado.

# Sobre a inviabilidade da democracia burguesa e as ilusões democráticas

Ramón

O POR sustenta a tese da inviabilidade da democracia burguesa na Bolívia porque “o democratismo burguês e o generoso florescimento do parlamentarismo resultam inviáveis pela extrema pobreza do país, resultado da impossibilidade de que todavia possa se dar um pleno e independente desenvolvimento do capitalismo.” (G. Lora *“Inviabilidade da Democracia”*, Ed. El Amuata, 1980).

A democracia burguesa é uma forma disfarçada de ditadura da classe dominante, um luxo dos países ricos nos quais uma ampla classe média satisfeita atua como amortecedor da luta de classes entre a burguesia e o proletariado, permite a alternância de poder entre diferentes opções burguesas mediante o voto, canaliza suas demandas para a via parlamentar, viabiliza a independência formal dos poderes do Estado, contanto que não ponha em risco a ordem capitalista.

Nos países atrasados com altos índices de pobreza, como a Bolívia, as camadas empobrecidas da classe média são a maioria, sua extrema miséria determina que sejam altamente explosivas, frequentemente utilizam a ação direta para tratar de resolver seus problemas, adotam atitudes revolucionárias que tendem a confluir para as posições revolucionárias da classe operária, sempre e quando esteja presente a vanguarda política proletária, vale dizer o Partido Operário Revolucionário. De modo que o essencial de seus princípios e objetivos se infiltra no seio do conjunto dos explorados e se dão as condições para a materialização da frente revolucionária anti-imperialista, a unidade na luta dos explorados sob a direção do proletariado. Conhecemos este fenômeno em todo o período que vai de 1946, com as Teses de Pulacayo, até a Assembléia Popular de 1971.

A validade da colocação sobre a inviabilidade da democracia é independente de que circunstancialmente se despertem ilusões democráticas nas massas.

A luta pela reconquista das liberdades democráticas anuladas pela ditadura banzerista arrastou as massas para a luta pela democracia burguesa, pela ação da “esquerda” reformista democratizante. A UDP despertou ilusões nas massas que se desapontaram rapidamente, quando esta frente pretensamen-

te “esquerdista” mostrou total incapacidade para resolver os problemas dos explorados. A democracia trouxe de volta ao governo o ditador Banzer, os miristas enriqueceram roubando sem limite, o MNR realocizou os mineiros, descarregou todo o peso da crise econômica sobre os explorados, arrasou o país em benefício das multinacionais. As ilusões democráticas se desvaneceram, as massas voltaram às ruas e à ação direta até concluir expulsando o odiado governo de Goni. No entanto, este processo de radicalização das massas, ao não encontrar a referência política revolucionária do proletariado, derivou no surgimento da ilusão de que é possível que o Presidente indígena Evo Morales, democraticamente, pela via das urnas, da reforma constitucional e do controle do Parlamento, leve adiante seu chamado “processo de mudança” que as massas entendem como satisfação de suas necessidades. Trata-se, sem dúvida, de um renascer de ilusões democráticas nas massas e particularmente nas massas camponesas.

Não faltará quem pense que é preciso entrar no jogo democrático, participar das eleições com candidatos próprios como um meio para chegar às massas com nosso programa, utilizando a tribuna eleitoral como tribuna revolucionária. Isso seria válido se essas ilusões tendessem a se consolidar por todo um período histórico de longo tempo e que a experiência anterior de luta revolucionária sob a direção política do proletariado tivesse se perdido definitivamente. Mas isso não poderá acontecer. Podemos estar seguros de que o destino do MAS é o de desiludir as massas; processo que já começa a acontecer na medida em que os explorados constatam, em muitos casos, sem querer acreditar no que vêem, como o MAS acentua sua política pró-burguesa, buscando alianças cada vez mais descaradas com a classe dominante e seus mais repugnantes expoentes.

O POR concentra em sua ação e seu programa a experiência de luta do povo explorado sob direção do proletariado. Trata-se não de claudicar frente à farsa democrática e sim ajudar os explorados a retomar a trilha de luta traçada pelas Teses de Pulacayo e pela Assembleia Popular, desnudando o MAS e o impostor Evo como agentes a serviço dos interesses gerais da classe dominante e do imperialismo.

## Quais os elementos da tendência bonapartista do novo governo do MAS? Tenta colocar-se acima da luta de classes e superar os obstáculos com o uso da violência

Trotsky nos dá os elementos teóricos básicos que podem nos permitir descobrir se um governo é ou não bonapartista. Neste terreno não é suficiente lançar generalidades. É preciso se fazer análise concreta.

“Por bonapartismo entendemos - diz Trotsky - um regime onde a classe... dominante... se encontra obrigada, a fim de salvar o que possui, a tolerar por cima dela o domínio sem controle de um aparato militar e policial, de um “salvador coroado”. Este tipo de regime... aparece nos períodos de ex-

trema agudização da luta de classes. Nos países atrasados, nos quais a libertação nacional é um dos objetivos fundamentais da luta revolucionária, o regime bonapartista oscila entre o imperialismo e a burguesia nacional ou seu substituto pequeno burguês, que em certo momento aparece encarnando os interesses da nação, é por isso que precisa um amplo apoio das massas”.

Nos países atrasados, uma coisa é falar da tendência dos governos nacionalistas em se transformarem em bonapartistas

e outra muito diferente é que se converta essa tendência em uma realidade.

No presente processo político boliviano, as expressões políticas da classe dominante foram varridas do cenário e sua derrota foi plenamente confirmada nas últimas eleições nacionais que terminaram dando poder em níveis esquizofrênicos ao novo governo do MAS que, aparentemente, se mostra como um governo colocado acima da luta de classes, representando os interesses de todos os componentes da sociedade, como “guia hegemônico, espiritual e político”. No entanto, a classe dominante fisicamente está aí, inerte e sem expressão política própria, tratando de salvaguardar seu futuro e busca lugar no novo governo que jura respeitar seus interesses materiais.

Devido ao fato de que a agudização da luta de classes não se dá neste processo, porque o proletariado não está presente elaborando sua política revolucionária, o MAS se potencia exacerbando os explorados do campo com a promessa demagógica de um novo Estado que estará em suas mãos para resolver seus problemas seculares e a promessa de terras para imensas camadas indígenas.

De quando em quando, relincha contra o imperialismo sem romper definitivamente com este porque aposta que, fazendo bons negócios com as multinacionais, poderá industrializar o país; afeta as terras de alguns latifundiários do Oriente sem

liquidar o latifúndio; choca momentaneamente com alguns setores da empresa privada em questões de preços para o mercado interno, sem colocar a liquidação da propriedade privada etc. Busca controlar o exército e a polícia destinando muitos recursos para potenciá-los e tê-los como instrumentos eficientes com o propósito de superar pela via da violência todos os obstáculos em sua tarefa messiânica de salvar a Terra e a humanidade.

Todo este quadro nos mostra que existe a tendência neste governo a oscilar, uma e outra vez, entre o imperialismo, a classe dominante nativa e os setores sociais que inevitavelmente superarão as ilusões que têm em Evo, porque o regime não poderá satisfazer suas necessidades materiais e não duvidará em utilizar a violência contra seus aliados de hoje para salvaguardar o regime social imperante.

Poderá a tendência bonapartista que hoje percebemos no governo se consolidar? As profundas contradições que já se manifestam em seu seio, umas por razões mesquinhas por que não consegue satisfazer os apetites individuais e outras pelas pressões que recebe das classes sociais, fazem prever que mais cedo ou mais tarde se esgotará em meio a uma grande debilidade. Não esquecer que um dos elementos do governo bonapartista é ser autoritário e forte, capaz de disciplinar o conjunto da sociedade.

## A situação atual do proletariado boliviano

Ao analisar a situação do proletariado boliviano no atual processo político, devemos partir da evidência de que está fisicamente presente, não se deve ignorar que ele é um componente fundamental das forças produtivas hoje duramente castigadas pela crise estrutural do capitalismo. A incompreensão deste fato leva às elucubrações do reformismo atual, que prega a teoria de que os tempos mudaram e o modo de produção capitalista também foi substancialmente alterado, substituindo a força de trabalho pela máquina. Por essa razão, o proletariado não tem mais a força revolucionária do período anterior e estaria ocupando seu lugar (como força motriz das grandes transformações da sociedade) as chamadas “organizações sociais”, que hoje são os protagonistas na construção do “socialismo século XXI”.

Sem dúvida, o nosso proletariado (em todos os seus setores) sofreu o impacto severo da crise. O setor de mineração está demitindo em massa, devido à queda catastrófica dos preços dos minérios, os operários fabris têm sido vítimas de uma extenuante flexibilidade trabalhista, que praticamente anulou suas conquistas econômicas, sociais, políticas e sindicais, os outros setores como construtores, petroleiros, ferroviários, etc. foram praticamente dizimados.

Atualmente, seguindo a recuperação dos preços dos minerais está se desenvolvendo uma nova concentração da força de trabalho, tanto nas minas estatais como nas privadas. Seria, no entanto, demasiado otimista pensar que a recuperação de mineração será um processo sustentado e de longo alcance, tudo depende do comportamento do mercado mundial, pois uma nova queda dos preços poderá voltar a dizimar a todo o ramo de mineração. Os outros setores não mostram sinais de recuperação, a flexibilidade do trabalho tem tido efeitos profundos na composição física e na consciência da classe.

Passaram-se quase 25 anos depois da famosa realocação das minas e da aplicação da flexibilidade do trabalho no setor industrial. Os mineiros herdeiros da tradição revolucionária (neste quarto de século) envelheceram ou morreram, e, nas fábricas, os antigos combatentes são sistematicamente separados dos seus postos de trabalho no interesse de empregadores que não querem pagar encargos sociais considerados elevados (antiguidade, categorias, bônus, previdência social etc.). Nas minas, nos últimos três ou quatro anos, está sendo incorporado um proletariado muito jovem. Em Huanuni, a média etária dos mineiros está entre 18 e 25 anos; e, nas fábricas, a remoção constante dos trabalhadores através do mecanismo de livre contratação permitiu também que as entidades patronais absorvessem os jovens.

Pelo exposto, vemos que o atual proletariado numericamente é muito reduzido, apenas em Huanuni com cerca de 5.000 trabalhadores existe uma concentração operária (as empresas de mineração privadas estão operando com 20 ou 30 trabalhadores e as maiores, San Cristobal, não têm mais que 600 empregados). Além disso, perdeu-se o vínculo com sua rica história, com sua tradição revolucionária. Em Huanuni, a tendência evidente é que o trabalhador jovem mantém todos os traços positivos e negativos de sua classe de origem (de classe média urbana ou rural), que impede sua rápida maturação política.

Mas apesar de todas essas limitações observadas, elas não significam que o proletariado de hoje deva começar do zero o processo de formação da consciência de classe. Seria um equívoco imperdoável pensar que a tradição da classe desapareceu tornando-se nada. Atualmente, está incorporada no programa do partido revolucionário. O POR ficou sozinho na trincheira da luta, erguendo a bandeira da revolução, enquanto todas as

correntes da chamada esquerda capitularam frente ao reformismo burguês, representado hoje pelo MAS. A tradição também resiste nos velhos quadros operários, muito reduzidos, que ainda fazem parte da classe.

A tarefa do momento é que o partido revolucionário ajude a amadurecer politicamente a classe, que esta deve ligar as lutas pelas necessidades vitais atuais com as experiências que a mes-

ma classe desenvolveu no passado. A luta para resolver suas necessidades atuais, emergentes da exploração capitalista, será a melhor ligação para o reencontro com a tradição revolucionária e será o principal gatilho que impulsionará a formação da consciência política da classe. Essa tarefa não começa do zero, porque está no programa do partido político que resume toda a consciência de classe do proletariado, o POR.

## O processo político atual e o papel do proletariado

*O retorno aos princípios da Tese de Pulacayo e da Assembléia Popular de 1970, e o exercício da independência política das organizações operárias, vão acelerar o processo de emancipação política dos explorados do governo do MAS.*

Até agora, grande parte dos explorados, principalmente dos camponeses e dos povos indígenas foi iludida de que estão no exercício efetivo do poder. Que depois de 500 anos de opressão. Pela primeira vez, o controle do Estado estará em suas mãos.

Em todo o processo anterior que culminou nas últimas eleições, ocorreu uma polarização política entre a direita reacionária da “Meia Lua” e o governo reformista do MAS, como se fossem duas expressões políticas qualitativamente diferentes. Sem se ter em conta que ambos são versões da mesma política burguesa. Isso porque reivindicam o interesse comum de preservar a propriedade privada em todas as suas formas.

Essa ilusão tem sido um grande obstáculo para o processo de separação das massas do controle oficial, o próprio governo foi responsável por consolidar este obstáculo e mostrar que todos os projetos com as reivindicações populares foram barrados pela oposição de direita obstinada. Na consciência dos explorados se forjou a idéia central da necessidade de esmagar a direita reacionária e o único instrumento para atingir esse objetivo seria o MAS.

Após as eleições, o oficialismo pretende continuar enganando os explorados com o circo eleitoral que continua até abril deste ano, mas as características do novo processo já não são as mesmas que o anterior porque está faltando um dos fatores fundamentais, a odiada direita encabeçada pela “Meia Lua”. Esta oposição rude e estúpida sucumbiu porque não conseguiu se articular programaticamente para fazer frente ao MAS, e agora, após sua derrota esmagadora, suas figuras mais visíveis fogem para o exterior com grandes somas de dinheiro conseguidos com a má gestão dos bens públicos.

Agora, surgem as disputas escandalosas entre o governo e seus aliados do dia anterior e entre as próprias frações masistas que não se sentem satisfeitas quanto à partição dos despojos. Parece que as eleições para governadores e prefeitos não irão iludir ninguém porque as pessoas sentem nojo contra essa politicagem.

Parece que as massas estão acordando de um longo sono e ao despertar encontram uma dura realidade, a miséria está crescendo, a cada dia os empregos são mais escassos, os salários estão mais baixos e não aumentam conforme o aumento permanente dos preços nos mercados, o latifúndio permanece dominando enquanto milhares de camponeses e indígenas não têm um pedaço de terra para sobreviver, se gasta mais de um

milhão de dólares na posse do presidente, enquanto milhares de agricultores sofrem as consequências das catástrofes naturais, sem receber qualquer auxílio estatal, etc.

O descontentamento dos explorados, inevitavelmente, os lançará para as ruas. Alguns setores já estão começando a se mobilizar, a exemplo da maciça marcha dos fabris na cidade de La Paz, as marchas dos setores mais radicais do magistério e as ondas de desconforto em muitos outros setores. Muito em breve, veremos nas ruas, sindicalistas, pequenos comerciantes, camponeses e indígenas. Nas fileiras dos cocaleiros no trópico de Cochabamba (a base social mais importante do governo), generaliza-se a ideia de “... temos mantido Evo Morales no poder, agora que a oposição de direita não é mais um obstáculo, ele tem de resolver nossas reivindicações e, se não resolver, vamos tirá-lo do poder.”

A fragilidade deste processo é que o proletariado está ausente politicamente. Está presente fisicamente, mas não exerce sua política própria e, assim, perde sua independência política e organizativa contra o Estado burguês e seu status de liderança dos explorados. Os dirigentes sindicais de todos os níveis, com poucas exceções, são porta-vozes do governo e freiam as mobilização das suas bases.

A nítida presença política do proletariado, neste cenário, questiona o destino da propriedade privada e aponta para uma verdadeira mudança qualitativa na sociedade através da revolução. De uma política revolucionária encarnada em um proletariado que dá respostas a todos os problemas nacionais e de todos os explorados, tendo a virtude de desmascarar rapidamente as limitações políticas do governo que, em essência, é burguês. Como ocorreu no passado, após a revolução de abril 1952, a ação política do proletariado (que foi resumida nas bandeiras da Tese de Pulacayo) acelerou o processo de diferenciação entre os explorados e que o governo do MNR empurrou-o a refugiar-se na sombra do imperialismo, e a executar as medidas antipopulares e antioperárias para reprimir as mobilizações dos trabalhadores. A experiência mostra que quando o proletariado coloca claramente sua estratégia revolucionária (liquidação da propriedade privada, consumir a revolução social), os governos burgueses populistas (por mais radicais que parecerem no início) terminam se desmascarando e procurando a proteção do imperialismo. Este mesmo processo viverá o governo do MAS se o proletariado revolucionário retornar ao seu eixo e atuar como direção da nação oprimida.

## X Congresso do POR Argentino

# A importância das consignas transitórias - a luta pela escala móvel de salários e a escala móvel de horas de trabalho

No mês de janeiro de 2010 realizou-se o X Congresso partidário, com a presença das seções irmãs do Brasil e Bolívia.

O X Congresso foi um grande passo adiante na estruturação do partido. Já no IX Congresso, havia-se formulado as linhas gerais de trabalho, retomando o caminho de construção partidária em termos bolcheviques.

A organização vinha recuperando-se do grande golpe que significou a ruptura do setor de Gamboa, que retrocedeu para posições morenistas, questionando radicalmente as bases programáticas de nossa organização, abandonando a estratégia proletária, fazendo uso do nome da organização e do jornal.

A realização regular dos congressos é vital na vida partidária, para o ajuste programático, para a elaboração da linha de intervenção, para avaliar a atuação. Cada congresso em si mesmo é uma escola para a militância. Esse trabalho coletivo concentrado converge todas as forças para poder alcançar a melhor síntese política.

Nas intensas jornadas de trabalho, acentuaram-se as questões programáticas que permitiram ajustar documentos da época anterior, em que se refletiam concepções errôneas e desajustes, próprios da influência que o setor rupturista havia tido na organização e também pelas polêmicas que tínhamos nesses anos com a organização da que provinha a maioria dos militantes, que hoje foram totalmente superadas, confirmadas pela realidade.

Entre os aspectos centrais da discussão, mereceu especial atenção a definição da Argentina como país semicolonial, atrasado, de economia combinada. Caracterizar adequadamente o país permite tirar com maior clareza quais são as tarefas e que tipo de revolução deverá protagonizar-se no país, como parte da revolução socialista mundial.

Precisou-se que Argentina não só é um país semi-colonial e portanto atrasado, mas também se destaca o caráter combinado de sua economia, a presença de traços pré-capitalistas, (economia familiar, comunidades de povos originários).

Em várias províncias, esses traços têm grande importância, emergem permanentemente e determinam nossa intervenção.

O ponto que mereceu maior debate foi o que se referiu ao método do programa, que, seguindo o método do Programa de Transição, deve encontrar as consignas que permitam ao movimento de massas passar das lutas imediatas à luta política, que levem ao choque contra a burguesia de conjunto, e que encontrem a ponte entre essas reivindicações e o programa da revolução socialista.

Em nosso programa, esse aspecto aparecia confuso, ao haver incluído a proposta de “pauta única nacional de reivindicações” como parte dele, agrupando consignas sociais, democráticas e nacionais com consignas notadamente transitórias. Isso não significa deixar de lado as reivindicações mínimas, que mantêm vigência, e as que se deve prestar toda a atenção para poder desenvolver as tarefas revolucionárias.

O programa deve concentrar-se, quando nos referimos à questão do desemprego, à consigna central da escala móvel de horas de trabalho. A divisão da totalidade das horas disponíveis entre todos os trabalhadores sem afetar o salário, unida à reivindicação do salário mínimo vital e móvel, unifica as lutas dos trabalhadores empregados e desempregados e permite sua luta generalizada. Responde aos dois problemas mais importantes que devem enfrentar os trabalhadores.

O desemprego é o pior flagelo que afeta os trabalhadores, afundando-os na miséria. É uma das formas em que se expressa a barbárie capitalista, que expulsa permanentemente centenas de milhares de trabalhadores de seus postos de trabalho e não permite o acesso a ele de amplos setores da juventude. O capitalismo, em sua etapa de desintegração e decomposição, descarrega suas crises violentamente sobre os trabalhadores, deixando-os na rua. A classe operária está obrigada a tomar de conjunto esta luta porque está ameaçada física e moralmente. É uma questão de vida ou morte. “O direito ao trabalho é o único direito sério que lhe resta ao trabalhador em uma sociedade baseada na exploração.” (Programa de Transição)

Logicamente, os capitalistas rechaçam estas formulações porque consideram impossível satisfazê-las. Sua possibilidade ou não depende da correlação de forças e só pode resolver-se com a luta. A esquerda também rechaça, oculta ou deforma esta consigna, se transformou em imediatista, inclusive aquela esquerda que se reclamava trotskista. Centra suas bandeiras em planos assistencialistas, ou a pedir ajuda para formar cooperativas, colocações que acabam se chocando com os trabalhadores empregados. Esta consigna não só leva a um choque de conjunto de todos os trabalhadores contra a burguesia e seu Estado mas também contra a burocracia que dirige os sindicatos. É necessário propagandear esta consigna e educar a vanguarda que luta sobre a importância de empunhá-la de forma a impulsionar a unidade de empregados e desempregados.

A burocracia sindical esquece dos desempregados e só se “ocupa”, e muito parcialmente, dos trabalhadores que permanecem empregados e filiados a seus sindicatos, tem feito o impossível para evitar que os trabalhadores empregados tomem em suas mãos esta tarefa central e tem combatido a organização e mobilização dos trabalhadores desempregados. Milhões de trabalhadores foram expulsos sem que houvesse resposta dos sindicatos.

A presença de uma enorme massa de trabalhadores na rua exerce uma pressão conservadora sobre os trabalhadores que temem perder seus postos, especialmente os mais velhos que sabem que seguramente nunca mais conseguirão outro trabalho. A burguesia conhece muito bem como ameaça as condições de trabalho, precarizando-o, baixando os salários reais, com a espada do desemprego. Sabe muito bem como desorganizar e desmoralizar as fileiras operárias.

É necessária a mobilização generalizada de todos os trabalhadores para impor à burguesia trabalho para todos! Repartindo as horas de trabalho e acabando de uma vez com todo o desemprego. Não se pode deixar nem um único trabalhador desempregado!

A tarefa para o próximo Congresso é resolver o programa partidário, apoiando-nos nas valiosas conquistas que contém e mostram nitidamente o perfil revolucionário, proletário, de nossa organização. Sabemos que quando dizemos que temos de construir o partido estamos falando em construir o programa, de construir-nos conscientemente sobre a base da estratégia da revolução e ditadura proletárias. O problema dos problemas para a vanguarda é resolver sua crise de direção, construir seu partido revolucionário.

Os revolucionários do POR temos dado um grande passo à frente e as seções irmãs do Comitê de Enlace têm realizado uma enorme contribuição no trabalho do Congresso, que saberemos capitalizar.

# O POR frente à cisão da CUT

Publicamos no Boletim do Comitê de Enlace a declaração do Partido Operário Revolucionário do Brasil dirigida à plenária da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), realizada em 30 de janeiro, em Salvador, do estado da Bahia, por ocasião do Fórum Social Mundial.

A plenária foi convocada como sequência das reuniões ocorridas nos vários estados para discutir e resolver as divergências com a Intersindical em torno da formação de uma nova central sindical. As discussões concluíram com o acordo de realização de um congresso nos dias 5 e 6 de junho de 2010. Espera-se que PSTU e PSOL, partidos que comandam respectivamente Conlutas e Intersindical, apurem as arestas sobre a natureza, composição e direção da central a ser criada.

No 1º Congresso da Conlutas, em julho de 2008, o PSTU pretendia fundar a central com a anuência da maioria do PSOL e da Intersindical. Os ataques foram tão acirrados que a tentativa de unificação fracassou. O POR assinalou, na ocasião, que as disputas refletiram posições aparelhistas de quem controlará a nova central. Passado um ano e meio, tanto a Conlutas quanto a Intersindical estão num impasse. A esmagadora maioria dos sindicatos permanece com a CUT e Força Sindical, portanto sob o controle do PT e outros partidos da burguesia.

A bandeira de romper com a CUT e formar uma nova organização nacional foi empunhada inicialmente pelo PSTU. Com o avanço da burocratização da CUT, o terreno para manobras e disputas internas que havia sido constituído na fundação da central se estreitou. O controle de uma centena de sindicatos pelo PSTU e oposições e a reforma sindical incentivaram os morenistas a iniciar o processo de cisão.

Em 2006, foi realizado o I Conat – estava materializada a ruptura organizativa. O POR se opôs a essa via de enfrentar a burocratização da CUT, reflexo da política reformista do PT implantada em grande parte dos sindicatos, bem como da influência do estalinista PCdoB e dos partidos burgueses, como PSB e PDT. Fundamentou que a derrocada da burocracia se dará por meio do movimento revolucionário do proletariado, que para isso depende de pôr em pé o partido marxista. O estreitamento da democracia sindical e mesmo sua eliminação não justifica a divisão dos sindicatos e da central constituída pelos levantes do operariado na década de 80. Há que se trabalhar no seio do proletariado, com a bandeira da democracia e independência sindicais e com a tática que corresponde à situação opressiva. Aceitamos e constatamos a premissa apresentada por Leon Trotsky de que a estatização dos sindicatos na época do imperialismo é inevitável, caso não esteja em sua direção o partido que aplique o programa da revolução e ditadura proletárias. Não se conquistará a democracia e a independência à parte do conjunto do proletariado e demais explorados, criando uma nova central. A questão é estratégica. A burocracia se tornou poderosa ao ponto de eliminar a democracia sindical porque se converteu em agente da burguesia e porque o proletariado carece do partido revolucionário. Somente as razões históricas explicam o fenômeno.

O PSTU, ao desconsiderá-las, põe-se a fazer o que toda burocracia faz: dividir e estilhaçar a unidade organizativa do proletariado. Caminha no sentido inverso das necessidades e das tarefas de centralização das forças dos explorados. É preciso justamente combater a existência de várias centrais.

A primeira grande divisão se deu na fundação da CUT. Dessa divisão, surgiu mais tarde a Força Sindical, apoiada no sindicato metalúrgico de São Paulo. O PCdoB se infiltrou na CUT, quando verificou sua importância, para recentemente rompê-la e formar a CTB. Multiplicaram-se as centrais, em contraposição à necessidade de fortalecimento do proletariado por meio da centralização.

Baseado nessa explicação e nas posições do marxismo frente aos

sindicatos, é que o POR exortou o PSTU a não ir adiante com mais uma divisão, constituir uma fração revolucionária para atuar dentro e fora da CUT e defender a formação de uma única central, baseada na democracia e independência sindical. Atuamos em todas as etapas de formação da Conlutas com essa posição. Apresentamos no Congresso de fundação uma moção contrária à cisão da CUT. Em todas as circunstâncias em que a Conlutas se pôs em choque com a burocracia petista, fizemos a frente antiburocrática.

Na plenária de Salvador, o POR foi impedido de usar a palavra, sob a justificativa de que só se pronunciariam as correntes que estavam pela ruptura. Esse impedimento é um dos sintomas do autoritarismo sindical. A nova central deve ser fundada no congresso de junho, as posições minoritárias devem ser ouvidas. O POR está convencido de que sua posição é correta, por isso não se omite e trava o combate.

Abaixo publicamos a Declaração distribuída na plenária.

## À Plenária da Conlutas É necessária a luta por uma única central operária

As plenárias de Salvador e Porto Alegre que se realizam ao lado do Fórum Social Mundial têm por objetivo preparar o Congresso Nacional dos Trabalhadores que aprovará a constituição de uma nova Central. O Partido Operário Revolucionário (POR) participou de todo processo de formação da Conlutas, opondo-se à cisão da CUT e defendendo a constituição de uma fração revolucionária de combate à burocracia, pela independência política dos sindicatos e pela democracia operária. Assim, não poderia deixar de participar da plenária de Salvador.

No Congresso em que se aprovou a cisão, atuamos no sentido de evitá-la. Apresentamos em plenário uma resolução de defesa da unidade organizativa da CUT e de transformação da Conlutas em uma frente antiburocrática e revolucionária. Temos a certeza de que, como marxistas, cumprimos o dever de alertar sobre os perigos de cindir a CUT para o objetivo de derrotar a burocracia divisionista do PT, PCdoB e dos partidos burgueses que têm influência nos sindicatos. Mostramos acordo com o PSTU e outras correntes de que a CUT foi estatizada e passou a servir de correia de transmissão do governo de Lula, que é burguês. Também concordamos que os Congressos da CUT foram completamente burocratizados. Mas divergimos da conclusão de que a saída classista e revolucionária fosse criar uma nova central.

Temos consciência de que essa divergência já não tem importância para as organizações que encabeçaram a ruptura com a CUT, uma vez que a decisão foi tomada e o processo de formação de uma nova central está para ser concluído no Congresso Nacional dos Trabalhadores. De nossa parte, entendemos que não se deva dar o passo definitivo. Lutamos até o último momento para preservar a unidade organizativa da CUT.

Assim, entregamos à plenária nossas principais explicações e conclusões. A Conlutas reúne o melhor que há do sindicalismo, uma vanguarda de luta classista. Reúne importantes sindicatos, embora constituam um conjunto minoritário frente aos da CUT. A vanguarda militante e os sindicatos que reagiram e reagem à burocratização podem jogar um importante papel de combate pela independência e democracia sindicais, por um programa de defesa da vida das massas e de destruição do capitalismo, de aplicação do método da ação direta e da frente única sindical. Mas, para isso, devem ter uma posição marxista frente ao fenômeno da estatização e da burocratização das organizações sindicais.

1. A burocratização da CUT expressa a tendência das direções reformistas e direitistas de estatizarem os sindicatos. Não por acaso,

coincide com a integração do PT ao Estado burguês, com a influência do estalinismo (PCdoB) e com a intervenção de partidos burgueses no movimento sindical, particularmente o PDT e PSB. A estatização e burocratização das organizações sindicais expressam a política burguesa, encarnada pela aristocracia operária. Trata-se, portanto, de um problema de direção e não de organização. As direções comprometidas com a exploração do trabalho deformam a organização dos sindicatos e da central, abolindo a democracia operária. A estatização da CUT ganhou força e se tornou evidente à medida que foi colocada a serviço da estratégia do PT de constituir um governo burguês reformista.

2. Já na fundação da CUT apareceu a primeira cisão. A velha burocracia e o estalinismo (PCdoB) se opuseram. Mais tarde, o estalinismo decidiu fazer entrismo na CUT. Finalmente, rompeu organizativamente com a CUT, formando a CTB. A velha burocracia deu origem à Força Sindical, vinculada a partidos da burguesia. Estava colocada a divisão da classe operária em várias centrais. A tarefa de constituir uma única central foi barrada pela direita sindical e pelo estalinismo. A direção da CUT, por sua vez, confirmou a divisão com sua política de levar o PT/Lula ao poder e de colaboração com setores da burguesia. As esquerdas, via de regra, impulsionaram essa política, em defesa de um governo dos trabalhadores assentado na CUT, proveniente das eleições presidenciais. Hoje, são várias centrais. O estilhaçamento demonstra que a estatização e burocratização resultam em divisionismo. Caminha-se no sentido inverso de unificar o proletariado e o conjunto dos explorados em uma única central.
3. O fenômeno da burocratização, estatização e divisão não é particular do Brasil. Corresponde a uma tendência geral do capitalismo em sua fase monopolista, imperialista, como reconheceu o marxismo por meio da IV Internacional, dirigida por León Trotsky. Não havendo a concorrência da fase liberal, tornaram-se impossíveis direções reformistas que garantissem em algum grau a independência dos sindicatos. A burguesia monopolista impõe às direções que se sujeitem à colaboração de classe e às diretrizes do Estado. A casta burocrática prende-se a interesses particulares e corporativos. Verificamos, no Brasil, que o fortalecimento da burguesia nacional e o crescimento do poder do imperialismo sobre a economia interna permitiram a formação da casta sindical e pressionaram a estatização dos sindicatos. Dividem, assim, os sindicatos e central. Os marxistas não tomam a iniciativa de dividir as organizações operárias e sim as direções reformistas e direitistas. Se, para derrotar a burocracia estatizante, os marxistas tivessem de dividir as centrais, então teríamos de defender essa posição de forma geral. Não será a particularidade da CUT que mudará a orientação marxista de não dividir as organizações operárias.
4. Desde o governo nacionalista de Getúlio Vargas, tem-se o fenômeno da estatização dos sindicatos. Tal tendência corresponde ao fortalecimento da burguesia nacional e ao domínio monopolista da burguesia imperialista sobre a economia da semi-colônia. Sindicatos e Central independentes, baseados na democracia proletária, são intoleráveis pela burguesia. Para estatizá-los, atua no sentido da formação da casta burocrática. O golpe militar de 1964 mostrou que, para impor a centralização burguesa do estado, uma das condições foi colocar interventores nos sindicatos e impedir a existência da central. Com a derrocada da ditadura, houve um processo de desestatização impulsionado pelo ascenso operário. Formou-se, no entanto, sob a democracia parlamentar, uma nova burocracia, que manteve as raízes da velha, e que logo passou a colaborar abertamente com os exploradores. A ausência do

partido do proletariado – do programa da revolução encarnado pelas massas – permitiu que a CUT e o sindicalismo em geral caminhassem livremente rumo à estatização. Seja sob a democracia burguesa, seja sob a ditadura, a burguesia monopolista promove a subordinação das organizações operárias. Mudam as condições e os métodos, diferencia-se o grau, mas na essência os sindicatos perdem a independência e a democracia proletária. Somente a constituição de uma direção revolucionária, capaz de desenvolver o programa da revolução e ditadura proletárias, poderá reconquistar os sindicatos e a CUT para combater pelas reivindicações elementares e pela destruição da propriedade privada dos meios de produção. Não será cindindo a CUT e formando uma nova central, sob a direção da esquerda, que se cumprirá essa tarefa. Está colocado o trabalho de constituição de frações marxistas no seio dos sindicatos e da CUT.

5. A unificação da Conlutas e Intersindical é um passo necessário. Mas agravará o problema da divisão, caso não se reveja a posição de se constituir uma nova central. O transcurso da Conlutas comprovou que não tem força para deslocar da direção da CUT e da Força Sindical importantes e estratégicos sindicatos operários. Com a unificação, crescerá o número de sindicatos, mas a nova central será ultraminoritária. Trata-se de um erro a suposição de que a nova organização ganhará força para desfiliar inúmeros sindicatos da CUT. Ocorrerá uma corrida aparelhista perigosa contra a unidade organizativa dos sindicatos. Assistimos a uma disputa pela desfiliação, em que a burocracia da CUT acena com a divisão do sindicato. É o caso do Andes. Embora o conflito ainda se mostre limitado, a tendência é de se ampliar. Baseadas na experiência, a Conlutas e a Intersindical deveriam avaliar e rever o processo de ruptura da CUT. É tempo de se constituir as frações revolucionárias para combater a burocracia estatizante. Há todo um trabalho a ser feito nas bases dos sindicatos, por onde passa a defesa da conquista de uma única central operária, independente e democrática.
6. Propomos que se discuta: a) o fenômeno da formação da burocracia e da estatização dos sindicatos e da CUT, tendo por orientação a concepção marxista dos sindicatos; b) o processo de estatização da CUT; c) as posições das correntes frente à sua burocratização; d) a constituição de frações revolucionárias nos sindicatos e CUT para combater a burocracia; e) a bandeira de independência política das organizações sindicais e democracia operária; f) o programa de constituição das frações revolucionárias e o método de luta; g) a tarefa de constituição de central única; h) função histórica dos sindicatos de auxiliares da revolução proletária.

Companheiros e companheiras, temos a certeza de estar defendendo as posições históricas do marxismo-leninismo-trotskismo sobre os sindicatos. A rejeição da burocratização da CUT constitui uma posição progressiva, mas sua divisão, um erro gigantesco. A derrubada da burocracia reacionária será obra das massas em luta, tendo à frente uma direção revolucionária, que está por ser constituída. A criação de uma nova central, por mais que ataque a estatização da CUT, não é o caminho para opor o proletariado à burocracia traidora. Não se constituirá uma direção capaz de confrontar a burocracia petista, forcionista e estalinista cindindo a CUT. O POR não deixará de defender a Conlutas e a Intersindical contra os ataques da burocracia, mas não renunciará a lutar pela unidade organizativa das organizações sindicais. O POR não deixará de participar das lutas da nova central se vier a ser constituída e de nela atuar com a defesa de constituição de uma única central e de conformação das frações revolucionárias.

Salvador, 30 de janeiro de 2010  
Partido Operário Revolucionário (POR)

## Derrota da “Concertação” no Chile

O regime sanguinário de Augusto Pinochet durou 17 anos. Em 1973, o general liderou o golpe contra o governo reformista de Salvador Allende, eleito em 1970 pela Unidade Popular, formada pelo Partido Socialista, Partido Comunista e a ala esquerda cristã. Os Estados Unidos arquitetaram com a cúpula militar a destituição do presidente constitucional.

A frente popular de Allende respeitava a grande propriedade privada dos meios de produção. Não pretendia e nem incentivava a ação revolucionária das massas. Pelo contrário, bloqueou-a o quanto pôde, no campo e na cidade. O conflito com o imperialismo norte-americano e com as frações da burguesia chilena a ele ligadas se deu em torno de medidas nacionalistas, como das mineradoras e da acanhada “reforma agrária”.

No período de vigência da ditadura, a burguesia chilena não fez senão se curvar diante dos ditames dos Estados Unidos. Pôs fim às reformas nacionalistas e esmagou o movimento operário e camponês. Para isso, a ditadura fascista desfechou a violência reacionária, provocando milhares de mortos, desaparecidos e mutilados. O país do sudoeste da América do Sul passou a ser um modelo de submissão aos Estados Unidos, a ser seguido pelas demais nações latino-americanas. Pinochet antecipou as reformas neoliberais, que se projetaram até o presente.

É bom lembrar que o antecessor de Salvador Allende foi o governo do Partido Democrata-Cristão (PDC), liderado por Eduardo Frei Montalva, de 1964 a 1970. As reformas no campo para conter os camponeses e proteger a oligarquia fundiária e a nacionalização da indústria do cobre, principal minério de exportação do Chile, começaram nesse período com um partido burguês conservador. A Unidade Popular deu continuidade, sob pressão das lutas operárias e camponesas. Assim, o golpe interrompeu e retrocedeu as reformas nacionalistas. Substitui-as por reformas pró-imperialistas.

Em 1988, a ditadura se mostrava enfraquecida e isolada pelo processo de “redemocratização” na Argentina, Brasil, posta em marcha pela burguesia, com apoio do imperialismo. A frente democratizante chilena obteve da junta militar a autorização de realizar um plebiscito sobre a permanência por mais oito anos ou saída de Pinochet. A derrota do pinochetismo abriu caminho para a Concertação ocupar a Presidência e começar a adap-

tar a democracia parlamentar ao aparato institucional montado pela junta militar.

Prevedendo o fim do governo militar, Pinochet confeccionou, em 1981, uma nova Constituição, que preserva o essencial da ditadura e prolonga a influência do general-carrasco sobre o Estado e a política da Concertação. Em 1989, é eleito o primeiro presidente. Patrício Aylwin, do Partido Democrata-Cristão. Protegido pela Constituição de 81, Pinochet passa a chefiar as Forças Armadas no lugar do Presidente, por 9 anos, até 1998. Vencido esse prazo de tutela militar da “democracia” e da “Concertação”, Pinochet passa a ocupar uma cadeira vitalícia no Senado, que a Constituição de 81 lhe reservou.

O governo de Eduardo Frei Ruiz-Tagle, eleito em 1993, simplesmente acata. A trajetória política do fascista se encerra em outubro de 1998, quando é confinado pelo governo inglês a pedido da Justiça da Espanha, que pretendia julgar o general por “crime contra a humanidade”. Em 2000, Pinochet estava em casa, acolhido pela quadrilha familiar que assaltou os cofres do Estado.

Elege-se Ricardo Lagos, voltando o Partido Socialista ao poder, depois de 27 anos da derrubada de Salvador Allende. Os socialistas social-democratas foram reeducados sob a batuta de Pinochet. Voltaram ao poder transformados. Já não pretendiam as reformas nacionalistas de Allende. As reformas pró-imperialistas estavam firmemente implantadas na burguesia chilena. Ricardo Lagos, em 2003, mostra que aprendeu bem a lição de 17 anos de pinochetismo assinando um acordo de livre-comércio com os Estados Unidos. A bandeira da Concertação passa ser a de acordos bilaterais com as potências, principalmente dos Estados Unidos, que pressionavam por um acordo de livre-comércio com a América Latina. Ou seja, um acordo de favorecimento das multinacionais e de desindustrialização das semicolônias. O Chile se tornou uma colônia da burguesia norte-americana.

A gestão de Ricardo Lagos foi aprovada pela burguesia internacional e chilena. A classe operária e os camponeses pobres pagaram alto preço para o governo da Concertação obter êxito em sua linha neoliberal.

Somente em 2005, fez-se uma reforma constitucional extinguindo a cadeira vitalícia no senado para o ex-Presidente e as indicadas pelo Executivo, bem como a chefia das Forças Armadas volta figurativamente para

o Presidente. Mas se manteve a cláusula de barreira que obriga os partidos a obterem 5% dos votos ou elegerem quatro deputados, acentuando o peso do poder econômico sobre os partidos. A democratização se deu de acordo com os interesses dos grandes partidos. Nesse mesmo ano, revelam-se os crimes econômicos (roubalheira) da família de Pinochet, que se arrasta na Justiça.

O legado de Lagos passa para Michelle Bachelet, eleita em 2006. A dama “socialista” prossegue a política entreguista e de ataque às massas. Pinochet fez uma reforma da Previdência aos moldes das exigências do FMI e Banco Mundial – privatizou-a completamente, em 1981. Os governos da Concertação a mantiveram. Ocorre que o sistema que foi tido como a vitrine do sucesso mercantil desabou. Bachelet fez em 2008 uma nova reforma para salvar a privatização. Em nome de incorporar a maioria pobre que não pode pagar, os “socialistas” passaram a subsidiar a administração privada. O sistema de lucro foi mantido, o Estado lhe fornece recursos e os aposentados receberão uma miséria na velhice. Nem bem Bachelet tomou posse em 2006, uma multidão de estudantes secundaristas ganhou as ruas de Santiago exigindo o fim da Lei educacional de Pinochet. Resposta: repressão. Em 2008, apresenta ao Congresso a Lei Geral da Educação, conservadora e privatizante. Novos protestos, agora envolvendo os professores. Em agosto de 2007, Bachelet enfrenta protestos de trabalhadores. A Central Única dos Trabalhadores convoca uma greve geral. Resposta: violenta repressão. Como se pode ver, a burguesia chilena e o imperialismo não mais necessitavam do Pinochet, têm os democrata-cristãos e os socialistas para protegê-los.

A oposição direitista é remanescente da ditadura. O Partido Renovação Nacional e a União Democrática Independente ficaram à sombra do poder exercido pela Concertação. O arquimilionário Sebastián Piñera organizou a “Aliança para a Mudança” e venceu Eduardo Frei Ruiz-Tagle, filho do ex-presidente Eduardo Montalva, assassinado pela ditadura de Pinochet. Os pinochetistas renovados vinham se fortalecendo eleitoralmente. Nas eleições municipais de outubro de 2008, a “Aliança pelo Chile” conquista a prefeitura de Santiago. Vitória que acenava o declínio da Concertação, que compareceu dividida diante de Piñera, com as candidaturas do socialista Jorge Arrate Mac Niven e

de Marco Enriquez-Ominami, ex-socialista, deputado e dito independente.

No segundo turno, mesmo com apoio de Marco Enriquez, o terceiro colocado no primeiro turno com 20%, Frei não conseguiu reverter a derrota. Uma parcela dos votos de Marco Enriquez e Jorge Arrate, que seria supostamente de “esquerda”, foi para a direita. A soma, no primeiro turno, dos votos de Frei e Arrate chegaria a 49%, contra os 44% de Piñera. Na disputa final, o candidato pinochetista obteve 51,6% contra 48% de Frei. O Partido Comunista do Chile (PCH) apoiou Arrate e concorreu para o parlamento. Conseguiu eleger três deputados, mas está impedido de tomar posse devido à “cláusula de barreira”. O seu presidente Guillermo Teiller não fez senão lamentar o “contra-senso”, “o absurdo” e a “atitude antidemocrática”. Esquece-se que a Concertação mancomunada com o pinochetismo manteve a “cláusula de barreira”. No segundo turno, sob o argumento de barrar a direita, o PCH apoiou o reacionário Frei.

No Chile, a tradição é o das massas votarem na esquerda burguesa. Chamou atenção o fato a direita ganhar sua primeira eleição para Presidente em 52 anos – a última vitória foi em 1958. A Concertação controlou a política chilena por 20 anos, expressando o repúdio da maioria aos 17 anos de ditadura. O deslocamento eleitoral para a direita burguesa expressou o descontentamento com a governabilidade da Concertação. Administração denominada de centro-esquerda que manteve o Chile atado às diretrizes econômico-financeiras da Casa Branca, foi desmascarada em seu assistencialismo, tratou as lutas sociais com dureza e foi incapaz de erradicar o pinochetismo.

Há um reconhecimento geral da imprensa que Piñera não tem motivo para romper a linha econômica da Concertação, o que lhe facultará acentuar as privatizações. O vencedor não se acanhou em convidar a “esquerda” burguesa derrotada a fazer um governo de unidade nacional. A União Demócrata Independente e a Renovação Nacional que se uniram para eleger Piñera obtiveram maioria apertada na Câmara de Deputados e a Concertação manteve uma apertada maioria no Senado. Assim como os pinochetistas tiveram convivência pacífica com os governos da Concertação, espera-se a correspondên-

cia. O tom conciliador de Frei de fazer uma “oposição responsável” mostra até que ponto a Concertação conviveu com a direita golpista que deixou trinta mil mortos e centenas de desaparecidos.

A democracia parlamentar e as eleições tiveram a tarefa de obscurecer os crimes da ditadura militar e, com isso, manter vivo o pinochetismo, que foi remoçado com o banho da democracia. É de fundamental importância o balanço da Frente Popular que ajudou a desviar e a derrotar o ascenso das massas. A exaltação da figura do “socialista” Allende como herói oculta a responsabilidade criminosa da aliança Partido Socialista e Partido Comunista que constituíram o governo de conciliação de classe, responsável pela derrota das massas.

A direita declaradamente pró-imperialista latino-americana saudou a ascensão da coligação Renovação Nacional (RN) e União Demócrata Independente (UDI) ao poder do Estado como um fenômeno favorável à reversão da tendência esquerdizante das massas de eleger governos estatizantes como o de Hugo Chávez e Evo Morales. A Concertação, na realidade, não guarda parentesco com o nacionalismo. Bachelet, nos conflitos que envolveram a Venezuela e Estados Unidos, fez o jogo duplo, na linha do governo de Lula de disciplinar os arroubos nacionalistas de Chávez.

Piñera fará um alinhamento claro com os Estados Unidos e seus gendarmes na América Latina – Colômbia, Peru e Panamá, e agora Honduras.

Com a crise mundial em andamento, tanto os governos burgueses ditos de esquerda quanto os de direita terão de atacar mais fundo a vida das massas e atender as exigências do imperialismo. Vão se chocar com os explorados. No Chile, chama a atenção que as massas não se empolgaram com as eleições. Predominaram a desconfiança, a apatia e a abstenção na juventude - apenas 36% dos registrados foram às urnas no primeiro turno. As informações são de que menos de 25% dos jovens se inscreveram para votar. E que apenas 7 milhões de uma população de 12 milhões estão inscritos como eleitores. Pela lei eleitoral, o voto é obrigatório apenas para quem se inscreve.

O fundamental está em que nas eleições os explorados são arrastados pelas frações

burguesas representadas pelos partidos da ordem capitalista. O golpe de Pinochet refletiu uma lei na política, que se manifesta nos países semicolônias. O governo burguês que se mostra débil perante as massas na luta de classe e que deixa de representar os interesses do grande capital tem de ser removido. Se as eleições não servem para o momento e a correlação de forças favorece, resolve-se pelas armas. O restabelecimento da ordem democrática – uma caricatura – se dá sob novas condições de dominação impostas pelo grande capital. Assim foi na Argentina, Brasil, Bolívia etc.

A melhor forma de resolver as divergências interburguesas e de enganar os explorados é a democracia formal. Acoberta melhor a ditadura de classe da burguesia sobre a classe operária e a maioria explorada. Está aí por que o fator decisivo é a existência do partido marxista-leninista-trotskyista. A sua ausência no Chile permitiu que a burguesia fizesse a passagem da ditadura para a democracia precisar sequer fingir a liquidação do pinochetismo. Os chamados partidos de esquerda da Concertação emergiram das trevas pinochetistas preparados para inclusive renegar o nacionalismo burguês, que lhes deram vida.

As massas sustentaram por vinte anos a coligação socialista e democrata-cristã, com apoio do Partido Comunista estalinista, período em que a exploração da classe operária se intensificou, a violência latifundiária contra os índios mapuches recrudesciu e a marginalização da juventude oprimida avançou. É sobre essa base que as massas se oporão ao governo pinochetista renovado e procurarão se livrar dos falsos socialistas, enfim da “esquerda” burguesa.

As presenças do Partido Comunista chileno e das esquerdas no seio dos explorados, com suas políticas de sagrado respeito ao democratismo e ao legalismo burgueses, que por décadas sacrificaram a independência de classe do proletariado, deverão ser erradicadas pela construção do partido que expresse o programa da revolução e ditadura proletárias. A vanguarda chilena tem em suas mãos a tarefa de construir o partido operário revolucionário. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional se volta para o Chile com a bandeira de organizar o partido-programa.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

## Em defesa da soberania do Irã

Está colocada para a classe operária internacional a defesa do direito do Irã desenvolver a tecnologia nuclear, sem nenhuma interferência do imperialismo.

O conflito em torno do uso pacífico e militar da energia nuclear se arrasta por muitos anos. Os Estados Unidos acusam o governo iraniano de pretender dominar o ciclo de enriquecimento do urânio e potencializar sua produção em larga escala para construir a bomba atômica. Dizem respeitar o direito do país de ter um programa para fins pacíficos, disciplinado pelos acordos internacionais e pela inspeção dos fiscais da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

O Irã é signatário do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Responde que os agentes da AIEA têm acesso às dependências das usinas. Segundo o governo, o enriquecimento de 20% objetiva fins industriais. Para se produzir armas nucleares, é preciso urânio enriquecido de 90%.

A contestação dos Estados Unidos é de que o Irã acoberta seu objetivo militar com o programa para fins pacíficos. A descoberta de uma nova usina em Qon foi denunciada como parte de um plano secreto. O governo abriu as portas para a AIEA fazer a inspeção. Nada foi comprovado. Mas a campanha imperialista de que o regime teocrático dos Aiatolás manobra com segundas intenções continuou em alta.

O que os Estados Unidos exigem do Irã? Que o programa nuclear deixe de estar sob o controle do Estado e do governo iranianos e passe para o controle dos agentes norte-americanos. A AIEA é uma agência comandada desde a Casa Branca e o Pentágono. O clube atômico imperialista – Estados Unidos, França e Inglaterra – ditou a política de não proliferação, que significa garantir o monopólio da energia atômica.

A derrocada do regime do xá Reza Pahlevi, em janeiro de 1979, pela “Revolução Islâmica”, deu lugar a posições nacionalistas de controle das riquezas petrolíferas. Abriu-se um conflito de interesses com os Estados Unidos, que haviam substituído a Inglaterra no domínio da região.

O Iraque havia seguido o mesmo caminho, mas indo além com o atrevimento de Saddam Hussein de reivindicar o Kuwait e usar a força militar. A intervenção dos Estados Unidos culminou com a ocupação do país.

Nos cálculos de George W. Bush, o domínio do Iraque levaria o Irã a se curvar às exigências norte-americanas de pôr fim ao nacionalismo e, em particular, ao programa nuclear. No entanto, a resistência anti-ocupação do Iraque impossibilitou que os Estados Unidos alcançassem a estabilidade necessária. As forças de ocupação não obtiveram a vitória esperada. O que impossibilitou o imperialismo invadir o Irã, caso o regime islâmico de Ruhollah Kholmeini não se curvasse.

Não se trata de atribuir somente à resistência iraquiana às dificuldades dos Estados Unidos em avançar os planos de Bush para o Irã. Teve importância a guerra no Afeganistão, que também ofereceu e oferece heróica resistência. A escalada intervencionista norte-americana, sob o comando de Bush, atemorizou até mesmo as demais potências, que reclamaram da política unilateral dos Estados Unidos.

Os golpes sofridos no Iraque e no Afeganistão limitaram a estratégia intervencionista dos Estados Unidos. As dificuldades econômicas da potência se tornavam visíveis. Uma guerra contra o Irã provocaria uma grande convulsão no Oriente Médio, que poderia desencadear um poderoso movimento anti-imperialista. E provavelmente uma comoção mundial nas massas exploradas e povos oprimidos. Israel seria a ponta de lança dos Estados Unidos. Viria à tona o conjunto de conflitos estabelecidos pela criação do Estado sionista, muito mais amplos do que o confronto com os palestinos. O Iraque foi ocupado sob a justificativa de que o governo de Saddam produzia armas químicas e outros artefatos de destruição em massa. Logo se mostrou falso. O Irã

era acusado de estar perto de construir a bomba atômica. O que não foi comprovado. Mas todo mortal sabia que o petróleo do Irã, tanto quanto do Iraque, era cobiçado pelas potências.

Obama manteve o programa nuclear do Irã como a primeira das grandes questões mundiais. Como impor ao governo de Mahamoud Ahmadinejad um recuo na independência do país? Haveria de mudar a forma do ataque, mantendo o conteúdo. A começar pela declaração de multilateralidade. Irã deve ser contido por uma frente ampla – da França à China –, passando por sanções aprovadas no Conselho de Segurança da ONU. Antes, porém, o imperialismo estendeu a mão para um acordo, cuja carta na manga liquidava a partida.

Em outubro de 2009, na reunião de Viena, o comitê das forças mais poderosas do mundo exigiu que o Irã enviasse 75% de suas reservas de urânio para a Rússia e França para que em um ano fossem enriquecidas e aos poucos reenviadas ao país de origem. Ahmadinejad aceitou enviar, mas não nas condições exigidas. Morreu a primeira tentativa de Obama de conseguir a capitulação do Irã. A proposta oferecida era visivelmente uma armadilha, confeccionada para a presa se afastar. Pouco mais de três meses da fracassada esperteza norte-americana, o governo iraniano decidiu começar o processo de enriquecimento até 20%. A França tomou a frente nas ameaças. Falta apenas convencer a China de que não há mais “diálogo”, em seguida viria o Brasil, Turquia etc. Obama apresentará as sanções econômicas na ONU. Se necessário, recrudescerá as relações com o governo chinês, como já o demonstrou retomando o armamento de Taiwan e incentivando o separatismo.

O governo Lula tem desfilado na passarela internacional como “potência emergente”. Dispôs-se a mediar grandes conflitos. Recebeu Ahmadinejad sob os gritos dos sionistas, mas os afagou com a presença do governo de Israel e com a promessa de aceitar apenas o programa nuclear para fins pacíficos. Ocorre que o Brasil também está sob pressão para assinar um novo protocolo com a AIEA, que lhe dá mais poder para monitorar o desenvolvimento da energia atômica. Lula recebeu Ahmadinejad para dizer que o que admite para o Brasil – enriquecer até 20% do urânio – admite para o Irã. Por detrás do caso iraniano, há um conflito mais amplo em torno do monopólio exercido pelos Estados Unidos e compartilhado fundamentalmente pela Inglaterra, França, Itália e Rússia.

A tecnologia nuclear deve ser mantida a quatro chaves. Para os interesses e poder do imperialismo, já se expandiu demais, com o controle da bomba atômica por países semicoloniais, a exemplo da Índia, Paquistão e China. Israel recebeu de “presente” dos Estados Unidos o domínio nuclear, mantido em completo segredo. Os Estados Unidos utilizaram Hiroshima e Nagasaki como cobaias da primeira experiência atômica, quando o Japão estava praticamente derrotado. O resultado expôs a barbárie da guerra imperialista, resultante do capitalismo putrefato.

O poderio nuclear das potências constitui o maior perigo para a humanidade. No entanto, o Irã é apresentado como um risco iminente em seu conflito com Israel e à “paz mundial”. É urgente desmascarar a ofensiva das potências contra o Irã, defender sua soberania e o direito inclusive de ter a bomba atômica. Não serão os senhores das armas nucleares que porão fim a esses armamentos e assegurarão a paz.

A luta para pôr fim às guerras é um objetivo supremo, que somente poderá ser encarnado e realizado pelo proletariado mundial. Há que combater a burguesia com o programa da revolução proletária. Defender os países oprimidos – como é o Irã – dos ataques do imperialismo, é parte do combate pela revolução mundial.